

Lutas das mulheres negras pela sobrevivência e formação antirracista¹

Black women's struggles for survival an anti-racist training

Flávia Clemente da SILVA

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Serviço Social, Recife, PE, Brasil.

e-mail: flavia.clemente@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3455-2183>

Tatiane Michele Melo de LIMA

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Serviço Social, Recife, PE, Brasil.

e-mail: tatiane.mlima@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0135-2740>

Renata Pereira da Silva UCHÔA

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Serviço Social, Recife, PE, Brasil.

e-mail: renata.psuchoa@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4121-1181>

Luanna Cássia de MELO

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Serviço Social, Recife, PE, Brasil.

e-mail: luanna.cassia@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2959-7096>

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar as estratégias de sobrevivência e resistência política de mulheres negras, integrantes de duas hortas agroecológicas nas cidades de Olinda e Recife e sua importância para a formação antirracista. A pesquisa teve como embasamento teórico-metodológico o feminismo negro interseccional e decolonial. Realizamos observação participante e entrevistas com as mulheres, tendo como eixo fundamental a educação popular. Os resultados indicam que o racismo é um determinante social significativo que dificulta as lutas pela sobrevivência. No Brasil, o racismo estrutura as relações sociais, com as mulheres negras precisando identificar formas de superação da realidade opressora, tornando ações coletivas e politicamente engajadas como espaços de fortalecimento e formação contra as opressões de raça, gênero e classe social.

Palavras-Chave: Mulheres negras. Racismo. Violência sociorracial. Formação antirracista.

Abstract: The article aims to present the survival and political resistance strategies of black women, members of two agroecological gardens in the metropolitan region of the cities of Olinda and Recife and their importance for anti-racist training. The research had intersectional and decolonial black feminism as its theoretical-methodological basis. We carried out participant observation and interviews with women, with popular

¹ A pesquisa recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), através do Edital nº 11/2021 - Contribuição da Ciência e Tecnologia para Redução da Pobreza Extrema em Pernambuco. Número do parecer aprovado pelo Comitê de Ética: 5.474.566 e CAEE: 58170122.2.0000.5208.



education as the fundamental axis. The results indicate that racism is a significant social determinant that complicates struggles for survival. In Brazil, racism structures social relations, with black women needing to identify ways of overcoming the oppressive reality, turning collective and politically engaged actions into spaces for strengthening and training against oppression based on race, gender and social class.

Keywords: Black women. Racism. Socioracial violence. Anti-racist training.

Submetido em: 31/10/2023. Revisto em: 29/6/2024. Aceito em: 12/7/2024.

Introdução

As pesquisas acadêmicas realizadas por feministas, sobretudo as feministas negras, que interseccionam as opressões de raça, classe social e gênero, são um desafio. Isso em virtude de o racismo, sexismo e aversão à origem social e racial dessas pesquisadoras provocarem desconfiança sobre suas intelectualidades, uma vez que são corpos historicamente ausentes das instituições universitárias, moldadas a partir das referências do colonizador europeu, que busca anular a humanidade dessas existências.

Mas, a despeito de tantos processos desafiadores, a escrita acadêmica dessas mulheres se configura como uma imprescindível estratégia de visibilidade e adensamento teórico de questões que afetam as vidas das mulheres em toda a sua diversidade, e sendo também um importante registro da conexão de saberes entre essas intelectuais e as demais sujeitas das pesquisas, no caso deste trabalho, as mulheres que compõem as hortas Dandara² e Palha de Arroz³, que se configuram em coautoras da pesquisa. Diante de uma sociedade estruturada sob uma matriz colonial, esta pesquisa tem relevância científica por visibilizar a luta de mulheres negras, parcela significativa da sociedade brasileira, cujas problemáticas têm importância dentro e fora da academia. O estudo tem o potencial de desvelar a violência sociorracial que as atinge e as estratégias por elas desenvolvidas para sobreviver dentro do sistema capitalista que retroalimenta as violências.

O objetivo do artigo é apresentar as estratégias de sobrevivência e resistência política de mulheres negras, integrantes de duas hortas agroecológicas localizadas na Região Metropolitana do Recife e sua importância para a formação antirracista. Metodologicamente, realizamos observação participante, rodas de diálogos e onze entrevistas narrativas e semiestruturadas com as mulheres das hortas⁴ entre nos meses de julho e agosto de 2022. O processo de conquista da autonomia e as formas de lutas para garantia da sobrevivência foram analisados através do feminismo negro interseccional e decolonial, perspectivas embasadas nas premissas da educação popular.

² A horta Dandara é resultado da articulação de mulheres negras periféricas no enfrentamento da fome e da pobreza através da agroecologia. A horta é resultado da ocupação urbana em um prédio público abandonado, antigo matadouro, conhecido atualmente como Nascedouro de Peixinhos, localizado no município de Olinda (PE), sob gestão da Secretaria de Cultura do Recife (PE).

³ A horta Palha de Arroz também é resultado da articulação de mulheres negras periféricas em prol do enfrentamento da fome e da pobreza na ocupação de um espaço público urbano que havia se tornado um lixão, no bairro de Campo Grande, na cidade de Recife.

⁴ Informamos que, nos trechos das entrevistas transcritos no decorrer do artigo, as mulheres receberam codinomes como forma de garantir a preservação de suas identidades, conforme exigências do Comitê de Ética que aprovou a pesquisa. No tocante ao tamanho da amostra, registramos que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, coadunamo-nos com Minayo e Deslandes (1994), quando afirmam que “[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (Minayo; Deslandes, 1994, p. 21). Sendo assim, a amostra de 11 mulheres foi orientada, considerando a necessidade de obtermos informações aprofundadas sobre a realidade das entrevistadas.

Os resultados da pesquisa indicam que o racismo se manifesta de diferentes formas e integra o cotidiano das mulheres desde a infância, exigindo delas a elaboração de estratégias de sobrevivência. A violência sociorracial faz parte dessas vivências, mas as formas de resistência também.

O artigo se desenvolveu dialogando com a crítica feminista negra interseccional e decolonial para análise da violência sociorracial e do racismo que atinge as mulheres negras. Por fim, abordaremos os ensinamentos e saberes que elas compartilham para o adensamento da formação antirracista.

Crítica feminista negra interseccional e decolonial e a formação antirracista

A realização de análises que tragam o racismo contra mulheres negras para o centro do debate no Brasil é feita pelas lentes críticas do feminismo negro interseccional e decolonial. Decorrente das lutas sociais das mulheres negras, considerando serem elas, vítimas interseccionadas pelas opressões de raça, classe e gênero, a desmistificação da democracia racial é uma ação contínua, haja vista que:

O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça. (Carneiro, 2023, p. 19).

A supremacia racial branca e seus privilégios, por muito tempo, mistificaram a hierarquia racial existente e persistente nas relações sociais. A modernidade/colonialidade embasa esse entendimento. De acordo com Maldonado-Torres (2018), ao referendar o iluminismo europeu como único período importante para explicar a civilização ocidental moderna, desconsideram-se todas as civilizações que o antecederam e com ele coexistiram.

A colonização empreendida pelos países europeus se estrutura através do racismo, que tem como importante estratégia a destituição da humanidade dos colonizados por meio da violência:

O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (Grosfoguel, 2018, p. 67).

A racionalidade que se impõe com o racismo, enquanto estruturadora das relações sociais, é a da dominação, que hierarquiza racialmente as pessoas, fomentando desigualdades e opressões. Nesse âmbito, a decolonialidade possibilita-nos uma melhor compreensão do fenômeno:

Na perspectiva decolonial, o racismo organiza as relações de dominação da modernidade, mantendo a existência de cada hierarquia de dominação sem reduzir umas às outras, porém ao mesmo tempo sem poder entender uma sem as outras. O

princípio de complexidade é o seguinte: não se pode reduzir como epifenômeno uma hierarquia de dominação à outra que a determine em ‘última instância’, porém tampouco se pode entender uma hierarquia de dominação sem as outras (Grosfoguel, 2018, p. 67).

O entendimento da importância da inexistência de hierarquia de opressões é discutido pelo feminismo negro interseccional e decolonial, fomentado pelas mulheres negras organizadas na luta por seus direitos de existir. A interseccionalidade de raça, classe social e gênero, categorias com a mesma importância, explica a complexidade de problemáticas que as mulheres negras experienciam em seus cotidianos.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020, p. 16).

Essas experiências são vivenciadas de formas diferentes pelos grupos oprimidos, com as mulheres negras possuindo conhecimentos ancestrais que garantem sua sobrevivência, ainda que vivam na condição de miséria e pobreza à qual historicamente foram relegadas. Essa é uma *expertise* que ensina e transforma condições extremas de sobrevivência, por meio de ações coletivas e de apoios mútuos.

O feminismo negro interseccional e decolonial fornece conhecimentos que informam as diferentes maneiras com que o racismo e a violência sociorracial se expressam no cotidiano das mulheres negras das hortas Dandara e Palha de Arroz, na Região Metropolitana de Recife, com as quais dialogamos, na condição de coautoras durante a realização da pesquisa.

Violência sociorracial e mulheres negras

A violência se constitui como uma ferramenta política e pública socialmente constituída para determinar as formas de acesso, permanência, localização, identificação e pertença social. Desde a colonização, é importante afirmar que a violência “[...] é socialmente construída de maneira especificamente racializada e generificada [...]” (Collins, 2019, p. 336), determinando-se historicamente a partir das opressões, principalmente sobre as mulheres negras. A violência se constitui primariamente como um retorno contínuo e multifacetado à condição colonial, que vai desde o plano político até o plano econômico-administrativo da sociedade, materializando-se num projeto de separação, segregação social e reconhecimento enquanto ser, registrando a passagem do mau encontro colonial (Jesus, 2022).

A materialidade da violência pode ser constatada através da diferença posta sobre a clausura da racialidade, importante falar que o racismo não se trata da falta de informação sobre o *outro*, como propaga o senso comum no país, mas se caracteriza por ser uma projeção da branquitude acerca das informações indesejáveis sobre o outro, que impactam diretamente nas relações e estruturas sociais. Cabe ressaltar que esse movimento racista perpetuado na sociedade brasileira interfere significativamente na vida das mulheres negras, que são condicionadas, excluídas e obrigadas a ocuparem a base da pirâmide social, retratando, assim,

a exploração de seus corpos, de sua força de trabalho e da sua condição de mulher e de existência enquanto ser humano e sujeito de direitos (Kilomba, 2019; hooks⁵, 2018).

Não por acaso a violência tem sido uma das estratégias do Estado para lidar com o contingente de pessoas negras no período pós-abolição. No âmago do processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, está um projeto de branqueamento da população, que repõe o lugar das pessoas negras na divisão das classes sociais, se quer as reconhecendo como *classes laboriosas*, mas, sim, como *classes perigosas* (Gonçalves, 2018). Contemporaneamente os efeitos do entrecruzamento do racismo e do capitalismo também se expressam em um Estado violento por comissão ou por omissão, que mata através da violência policial⁶ nas periferias das cidades ou deixa morrer ao atender à lógica neoliberal em detrimento das necessidades sociais das pessoas.

Tal contexto foi ainda mais intensificado diante da crise sanitária e humanitária decorrente da pandemia de COVID-19. É válido registrar que foi nesse cenário que se deu a nossa entrada no campo da pesquisa, um momento de grande impacto nas vidas das mulheres que compõem as hortas Dandara e Palha de Arroz, e da volta gradual às atividades da horta, resguardando-se todas as estratégias de segurança sanitária. Esse encontro nos propiciou conhecer as estratégias de sobrevivência das mulheres, que já vivenciavam vulnerabilidades sociais, mas dessa vez em um momento de intensificação da violação dos direitos humanos.

Acrescenta-se a essas violações de direitos a violência de gênero. As mulheres são historicamente silenciadas, oprimidas e convivem cotidianamente com o atravessamento das violências, sobretudo de gênero, socialmente naturalizada numa sociedade machista e de matriz colonial. A violência de gênero é um marcador importante e se consolida como um aspecto que condiciona e modela a existência e as possibilidades de vida, trabalho e renda das mulheres, principalmente dentro de seus lares e com seus companheiros, inclusive quando tratamos da mulher negra. Observemos um dos trechos das entrevistas realizadas com as integrantes das hortas Dandara e Palha de Arroz: “Eu sempre fui dona de casa, que ele nunca deixou eu trabalhar, nunca deixou eu ir pra rua. Eu não sei como foi que eu consegui encontrar essa horta aqui. [...] Ele era ciumento que só. É, muito ciumento” (Camomila, 2022, informação oral). Nessa fala, a entrevistada deixa explícita a forma com a qual o controle decorrente do machismo e do patriarcado se materializa no seu cotidiano e no das demais mulheres que experienciam a violência a partir da intersecção da raça e do gênero.

Outro elemento importante que marca as vidas dessas mulheres negras é a violência que aniquila as possibilidades de uma sobrevivência digna, de usufruto de direitos humanos à habitação, ao território e também à cidade, ou seja, trata-se da impossibilidade de ter ou acessar uma moradia digna, o não reconhecimento enquanto ser humano, enquanto cidadã, possuidora de direitos sociais como posto legalmente na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) a todos os brasileiros. Como retrato de tal realidade, temos o depoimento de uma das mulheres negras entrevistadas:

Eu vejo Peixinhos como um bairro que... Muito necessitado, né? Principalmente o lugar que eu moro, né? O lugar que eu moro que é perto da beira do rio, né, que desde que eu vim morar aí, né, desde que eu criei meus 6 filho aí que eu venho levando essa

⁵ Informamos que a escrita do sobrenome em minúscula da autora diz respeito ao seu posicionamento político.

⁶ “Entre os mortos pela polícia em Pernambuco em 2020, 97,3% eram pessoas negras [...]. No ano anterior, o total de pessoas mortas pela polícia em Pernambuco foi de 74, e 93,1% eram negras” (Ramos *et al.*, 2021, p. 23).

cheia. Que essa cheia num é essa que deu agora, né? Como eu já falei, não é de agora. Essa cheia... Faz muito tempo que eu tô levando essa cheia. É de resguardo dentro d'água, é... Grávida tanto tá como tá de resguardo, né? Graças a Deus, eu nunca tive nenhuma doença, né? Como tem aquela doença do rato, né? Que as pessoas têm dentro d'água, né? Minha casa teve uma vez que até caiu, ela caiu, né? (Hortelã, 2022, informação oral).

A vivência de Hortelã nos apresenta historicamente a indiferença e a inércia do Estado, perante as desigualdades e o aprofundamento das expressões da questão social, principalmente quando tratamos de habitação, dos processos de urbanização social. As mulheres negras têm escrito sua história a partir da resistência e do marco da sobrevivência contra as péssimas condições de habitação, que incluem problemas quanto à sua estrutura e ao acesso de serviços básicos e essenciais à sobrevivência, tais como: saneamento básico, a água potável e coleta de lixo, elementos que colocam em risco a vida, a segurança, a saúde e o bem-estar dessas mulheres e ceifam juntamente a sua humanidade.

Essa realidade nos reafirma que a questão social se estrutura a partir da racialidade, da exclusão das pessoas negras dos grandes centros urbanos, reafirmando para nós a segregação socioespacial e evidenciando que a população negra experiencia a cidade e as formas de violência de maneira totalmente desigual em relação às formas com que a branquitude os acessa. Uma realidade marcada pelo racismo ambiental, fenômeno complexo que envolve a intersecção do racismo estrutural com as questões ambientais no processo de reprodução das relações sociais e da garantia de direitos humanos (Pacheco, 2008).

Peixinhos é um bairro que sofre com constantes alagamentos. Durante o processo da pesquisa, testemunhamos os efeitos nefastos de uma calamidade pública, ocorrida entre os meses de maio e junho de 2022, em Recife e Região Metropolitana, que atingiu o bairro de Peixinhos de forma desastrosa, destruindo casas e vitimando o esposo de uma das entrevistadas. Ela e a filha perderam tudo, conforme relato: “Só minha menina que mora perto de mim que molhou tudo, acabou tudo na casa dela. Ela tem dois menino pequeno, aí molhou as coisas dos menino, levou. Assim, a estante dela quebrou, o sofá e a cama dos menino” (Camomila, 2022, informação oral).

As mulheres negras, em sua maioria, são as provedoras dos lares, responsáveis pelo sustento dos filhos e pelo cuidado com a casa, que não são trabalhos reconhecidos e remunerados socialmente. Com a limitação de acesso ao mundo do trabalho e o racismo perpetuado pelas instituições e na sociedade, as mulheres das hortas Dandara e Palha de Arroz seguem na luta pela sobrevivência.

Trabalho com reciclagem e trabalho também na feirinha do troca que tem aqui em Peixinhos, não sei se você já ouviu falar. Aqui. Que é aqui mesmo no Nascudouro, aqui na frente, né? Dia de domingo, né? Que na rua eu trabalho, na rua com a carroça catando reciclagem, né? Então as pessoas na rua me dá muita doação. Me dá roupa, me dá sapato, boneca, me dá a doação, né? Aí eu vou, escolho o que serve pra mim, pros meus filhos, pra minha casa e o restante eu levo pra troca pra ganhar um trocadinho, né? Pra ajudar dentro de casa (Hortelã, 2022, informação oral).

Essa vivência de violação é resultado também de um sistema capitalista opressor, racista e sexista, que consolida o desafio diário de manter-se vivo, expondo os indivíduos a uma série de dificuldades financeiras e limitações substanciais para sua existência. A realidade das mulheres das hortas Dandara e Palha de Arroz é atravessada por todas essas atribulações, mas

sobretudo pela fome, que é uma das problemáticas que concretizaram a necessidade de hortas agroecológicas populares na comunidade de Peixinhos, no contexto da pandemia de COVID-19.

O que observamos no contexto das mulheres das hortas investigadas é que esse direito fundamental não é acessado. O que se tem são as políticas de violência e de repressão do Estado.

É perigoso demais. Agora mesmo, quando eu saio daqui, eu passo pelo beco e o beco é onde é o tráfico. Onde é o tráfico. E eu passo pelo meio, eu e Maiara. A gente passa, né? É... Foi quando? Foi terça-feira que a gente saiu daqui, oxe, a polícia tava lá. Os menino correndo, a polícia tudo atrás dos menino. Aí eu fico com medo sabe do quê? De uma bala, né? Um bala, né? É. Mas nunca mudou. Peixinhos, pra mim, nunca mudou. Tá piorando mais ainda mais. É mais... Eu acho que é mais os jovem, eu penso nos jovem, sabe? Nos jovem que eu vi no... Como eu já falei, né? Se acabando nas droga. Tem outras coisa... (Hortelã, 2022, informação oral).

Com o aumento do preço dos produtos que integram a cesta básica (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2023), a alimentação, que é um dos principais fatores que garantem a integralidade humana, juntamente com o acesso a outros tipos de direito, torna-se algo desligado da realidade das pessoas negras:

[...] porque esse salário não dá pra muita coisa não. Quando compro um feijão, aí falta a carne e carne a gente não tá comendo mais mesmo, tá na base do ovo. Aí pronto e por aí vai. Fruta, legumes raramente. Ainda dá pra comprar às vezes, né? E às vezes também não dá. Então a carestia tá muito grande. [...] Na minha mesa mesmo, que eu gostaria de ter todo dia um pãozinho, que as vez meu dinheiro não dá para comprar, não tem. Uma carninha pra fazer uma sopa, uma carninha com osso que às vez não tem, que nem eu já falei, nós depende muito de ovo. Apesar que ovo é um bom alimento, né? Mas também enjoa. Aí é esses alimentos que eu gostaria de ter. Uma vez um queijinho o dinheiro não dá pra comprar... É uma manteiguinha melhorzinha, mas a gente vai comendo o que tem, mas o que eu gostaria mesmo era isso uma carninha, mais verdura, mais fruta e mais alimento saudável pra gente se sentir melhor (Erva Doce, 2022, informação oral).

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em 2020 e 2022, foram observadas as diferenças entre os lares chefiados por homens e os lares chefiados por mulheres. Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3% (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022). Não se pode elucidar as questões de desemprego, pobreza e fome sem as articular aos marcadores de raça e, sobretudo, gênero. Lélia Gonzalez vai afirmar que “[...] tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (Gonzalez, 2020, p. 129).

Quando observamos o marcador de gênero, entendemos a desigualdade social e econômica que acomete, principalmente, as famílias de mulheres, que na sua grande maioria é preta e periférica. Nas cidades de Recife e Olinda, em que as hortas são cultivadas por mulheres, elas continuam a viver em condições precárias e desumanas, uma vez que estão sob as consequências de um contexto no qual é impedido o direito a um desenvolvimento humano, político e social a considerável parcela da população. Essa desigualdade de classes está estruturada na raça e no gênero, de tal modo que se explora, segrega, desumaniza e

marginaliza parte significativa das pessoas, perpetuando, assim, econômica e socialmente, a reprodução de relações sociais opressoras e desiguais (Carneiro, 2023; Collins, 2019). Por isso, a importância de uma análise sob uma perspectiva interseccional e decolonial, para compreender tais dimensões.

Esse processo histórico e contemporâneo traduz a preservação da branquitude, que “[...] expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo [...]” (Bento, 2022, p. 25), sob a estratégia de se beneficiar, de colocar como prioridade a democracia, a meritocracia, o branqueamento da população desde a sua formação política, social e cultural, atuando, dessa forma, para garantir a preservação da história e da memória brancas, reafirmando nacionalmente o mito da democracia racial (Carneiro, 2023).

Essa configuração nos apresenta primariamente o caráter racista e sexista do Estado, que materializa suas ações/intervenções de modo a reproduzir a invisibilidade e o apagamento dessa população na sociedade brasileira, demarcando politicamente os interesses de um Estado que reproduz valores coloniais, que se coaduna com a violência e com a manutenção da pobreza, da fome e da desigualdade, principalmente nas periferias, consolidando grandes cidades invisíveis, nas quais a violência e a violação sistemática de direitos humanos é naturalizada, em favor da branquitude, demarcada também pelo poder político do patriarcado (Calvino, 2017; Kilomba, 2019; Saffioti, 2004).

Diante do nosso contexto histórico de escravidão e violência, apenas em 2023 se instituiu em Pernambuco, um dos primeiros estados acometidos pela colonização, o Estatuto da Igualdade Racial, através da Lei Nº 18.202/2023 (Pernambuco, 2023) que se visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de direitos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e demais formas de intolerância racial. Em seu artigo 4º, incisos I e II, o referido estatuto contempla a promoção da igualdade racial através de políticas públicas com perspectiva:

I - reparatória e compensatória para os descendentes das vítimas da escravidão, do racismo e das demais práticas institucionais e sociais históricas que contribuíram para as profundas desigualdades raciais e as persistentes práticas de discriminação racial na sociedade pernambucana, inclusive em face dos povos de terreiros de religiões afro-brasileiras;

II - inclusiva, nas esferas pública e privada, assegurando a representação equilibrada dos diversos segmentos étnico-raciais componentes da sociedade pernambucana, solidificando a democracia e a participação de todos (Pernambuco, 2023).

É uma iniciativa tardia, porém importante. O aporte legal é necessário, mas é preciso monitoramento de sua aplicação, pois, sem investimentos em recursos humanos e financeiros, não haverá efetividade e não se possibilitará a instituição de práticas antirracistas. Os aprendizados das mulheres negras ensinam e, a partir dos conhecimentos advindos da educação popular, podemos conhecer os saberes partilhados pelas mulheres das hortas Dandara e Palha de Arroz.

Ensinamentos das mulheres negras sobre o antirracismo

O conhecimento científico e a racionalidade oriunda da modernidade/colonialidade europeia organizam as instituições de ensino superior no Brasil, que se encontram enraizadas no

racismo e em autores brancos e brancas do norte global. Carvalho (2018) destaca que as universidades no Brasil nascem sob os auspícios dos invasores colonizadores, que nesse processo silenciam a diversidade de epistemologias advindas dos diferentes povos, impondo a produção de saberes eurocentrados nas instituições de ensino, inclusive no ensino superior. O autor citado destaca a importância de a academia se empenhar na luta antirracista, descolonizando os currículos e saberes:

Ao enfatizar a centralidade da instituição universitária nas lutas antirracistas e descolonizadoras, enfatizo também o nosso papel como docentes e afirmo que a luta descolonizadora deve ser travada por nós no interior do nosso espaço acadêmico. No auge da luta pelas cotas formulei o seguinte lema: a luta antirracista dos acadêmicos deve começar na academia [...]. Acredito que já é hora de criar um novo: a luta descolonizadora dos acadêmicos deve começar na academia colonizada. Não se trata mais de utilizar o espaço acadêmico apenas como um local protegido, separado e com liberdade de expressão para propor mudanças na sociedade – como se a sociedade estivesse do lado de fora dos *campi*, e estes funcionassem como um território livre dos problemas investigados pelos acadêmicos. Descolonizar, nesse contexto, significa intervir na constituição desse espaço universitário em todos os níveis: no corpo discente, no corpo docente, no formato institucional, no modo de convívio e na sua conformação epistêmica geral (cursos, disciplinas, ementas, teorias, pedagogias, etc. (Carvalho, 2018, p. 91).

Concordamos com o posicionamento do autor supracitado e, nesse sentido, temos, desde o início de nossas atividades acadêmicas, trabalhado na desconstrução de negros e negras enquanto objeto de estudos, identificando-os como intelectuais, agentes de suas próprias histórias e fomentadores de conhecimentos importantes. As mulheres negras organizadas em coletivos e redes antirracistas, anticapitalistas e antissexistas têm sido nossas aliadas nessa trajetória; são sujeitas sociais, coautoras de nossas formações que, por meio de suas lutas, fornecem subsídios para a continuidade da formação antirracista. Nós, pesquisadoras e estudantes negras, somos atravessadas por esses saberes e nos reconhecemos nesses aprendizados.

Nesse âmbito, orientadas pelo feminismo negro interseccional e decolonial e pela educação popular, interagimos com as mulheres das hortas Dandara e Palha de Arroz. Nessa interação, tivemos a oportunidade de conhecer os desafios dessas mulheres para sobreviverem, diariamente sob os ditames do racismo que se manifestam nos cotidianos dessas mulheres conforme elas nos relatam:

Eu gosto muito de negro, né? É minha cor. Eu gosto da minha cor, agora eu fico chocada assim, às vezes, às vezes, num é toda vez... Mas quando a gente sai, a gente... Tem gente branca que parece que tem nojo da gente. Já passou por... Já passei por isso várias vez. Assim, né? De a gente passar e a mulher segurar a bolsa, segurar a bolsa e também da gente se sentar no ônibus, né? E uma pessoa mais branca assim sair, ir pra outra cadeira. Outra cadeira, né? Né? Passa, né? A gente olhando direitinho, né? A gente dá pra sacar, né? Dá pra ver, né? Como se diz, dá pra ver. Mas eu num sei, mas eu num ligo. Eu num ligo. As vez eu digo... “A senhora tá pensando que isso... Minha cor é pegar no da senhora, é? Mai menino!”. Aí eu digo coisa. (Arruda, 2022, informação oral).

Não... Na verdade, eu tô agora... Trabalhei um mês na casa de uma senhora ali, que ontem eu fui até fazer faxina lá, sabe? Mas eu sinto que ela tem um pouquinho de preconceito pro... Pro lado da minha cor. Mas só que essa pessoa que me... Me indicou a ela e que me indicou também já disse, já tinha dito a mim, cabia eu ir né? Mas se eu

tô precisando, eu tive que ir. Disse que ela era um pouco preconceituosa. E de fato ela é, porque às vezes eu faço todinho bem feitinho... E quem me conhece sabe do meu serviço, que uma colega minha mesmo do Alto da Bondade diz que aonde chega fala de mim tudo de bom o meu serviço. Aí ela às vezes vê que tá tudo limpo, aí chega lá diz que tá catiando a casa, faz eu lavar banheiro de novo... (Cidreira, 2022, informação oral).

Trabalhos no âmbito doméstico, como as funções de babá, faxineira, diarista, em geral são recorrentes entre as mulheres negras entrevistadas. Geralmente essas experiências combinam vínculos frágeis de trabalho com manifestações de racismo, como podemos perceber na fala a seguir:

E nessa casa de Dona Maria eu fui muito maltratada por ela, assim, por eu ser negra. Que ela disse que não gostava de negro. Aí, ela pegava sempre botava o dinheiro no lugar e chegou uma época que ela disse que eu tava roubando. Eu disse a ela se por um acaso se eu tivesse roubando eu não entregava o dinheiro a ela, porque eu nunca vi o ladrão roubar e entregar. Que quando eu encontrava eu entregava a ela. Ela pegou e embrulhou uns 50 reais perto da janelinha, assim, ela se fez de esquecida, né? Aí eu peguei e entreguei ela. Eu digo: "Olha aqui, Dona Maria, o dinheiro da senhora". Ela: "É, eu nem sabia que eu tinha..." Eu digo: "Não, foi a senhora mesmo que botou ali. Agora eu sei que a senhora tá fazendo um teste!". Aí depois disse: "Mas foi você mesmo que tava querendo me roubar". Mas eu chorei nesse dia, viu? (Manjerição, 2022, informação oral).

Apesar das marcas do racismo acompanharem as histórias dessas mulheres, não as impedem de resistir. Elas também ensinam sobre resistência, na medida que informam e demonstram que a sobrevivência é desafiadora:

E a minha vida foi muito difícil. A minha vida... Eu, graças a Deus, fui muito guerreira, batalhadora, viu? Criei meu filho na carroça, [palavra inaudível], muito mesmo. Fui a mãe e o pai dos meus filho que eu não tinha marido porque ele me deixou, né? Então eu tive que ser. Me virar como podia. Mãe e pai, né? Mas eu num dei meu filho não. De jeito nenhum. Nem minha filha. De jeito nenhum. Eu fui mãe e pai, entendeu? (Arruda, 2022, informação oral).

Ser uma mulher negra é ser uma mulher livre. Livre! Não importa a cor, não importa o cabelo, é ela entrar em qualquer canto e ser discriminada, né? Muitas vezes, a gente é discriminada pelo cabelo, pela cor, e negro tem liberdade de entrar onde quiser, de ser o que quiser. Ser uma juíza, ser uma presidente... Uma presidente negra, imagina? (Sálvea, 2022, informação oral).

O reconhecimento da existência do racismo é importante para essas mulheres, que persistem para não sucumbir às mazelas do sistema opressor racista. As mulheres negras experienciam o trabalho precoce, a fome e o racismo. No entanto, mesmo em condições socioeconômicas desfavoráveis, conseguem encontrar estratégias de sobrevivência.

As mulheres negras das hortas Dandara e Palha de Arroz, através de suas experiências de vida com o racismo, questionam os saberes acadêmicos eurocentrados, endossando os questionamentos que demonstram a persistência do racismo institucional como gerador de dificuldades na implementação da formação antirracista.

Conclusão

As hortas Dandara e Palha de Arroz se constituem como solos férteis para o aquilombamento de mulheres negras periféricas e outras mulheres não negras que partilham daquele espaço. Essas mulheres periféricas compartilham experiências coletivas marcadas pela escassez de recursos sociais e por violações dos seus direitos, mas dividem também as estratégias de sobrevivência e resistência política. O ato de aquilombar nos ensina que a caminhada em coletividade nos fortalece diante dos efeitos do entrecruzamento das estruturas exploradoras/opressoras que são o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

As falas dessas mulheres, coautoras desta pesquisa, ajudam-nos a desmontar o mito da democracia racial e desvelam como as conexões entre raça, classe e gênero dificultam as suas vidas e o cotidiano de suas comunidades. Também revelam os processos de aquilombamento que envolvem a cooperação entre elas, o apoio material e o suporte subjetivo mútuo, através do ato de se juntarem para mexer na terra e tentar produzir o próprio alimento como forma de tentar driblar a insegurança alimentar. Ao mesmo tempo que seus corpos se movimentam pela horta, também expandem seus processos de consciência, através das rodas de conversa, sempre regadas a partilha do lanche orgânico.

Da nossa parte, como observadoras participantes, conhecer as histórias de vida dessas mulheres tão atravessadas por inúmeras violências e vê-las de pé e frequentando a horta assiduamente nos provoca a nos mantermos também de pé, exercendo nossa intelectualidade e colocando-a a serviço dessas nossas irmãs, para que seus ensinamentos possam ser sistematizados. Ao agirmos em favor da articulação das mulheres negras como sujeitas coletivas, desenvolvendo lutas antirracistas e atuando como agentes formadoras, além de afirmarmos que suas vidas importam, que suas questões importam, apontamos que, a despeito de todas essas violências, elas e nós resistimos.

Referências

Arruda. Depoimento Entrevista [ago. 2022]. Entrevistadora: Flávia da Silva Clemente Recife, 2022. 1 arquivo.m4a (44:24 min).

Bento, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF), 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

Camomila. Depoimento Entrevista [jul. 2022]. Entrevistadora: Tatiane Michele Melo de Lima. Recife, 2022. 1 arquivo.mp3 (37:16 min).

Calvino, Í. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Carneiro, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do Outro como não ser e como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Carvalho, J. J. de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. *In*: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Cidreira. Depoimento Entrevista [ago. 2022]. Entrevistadora: Flávia da Silva Clemente. Recife, 2022. 1 arquivo.m4a (21:38 min).

Collins, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

Collins, P. H.; Bilge, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Abril**: custo da cesta aumenta em 14 capitais. São Paulo: DIEESE, 5 maio 2023. (Nota à Imprensa). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202304cestabasica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Erva Doce. Depoimento Entrevista [jul. 2022]. Entrevistadora: Carolina Alves Barbosa de Souza. Recife, 2022. 1 arquivo.mp3 (14:43 min)

Gonçalves, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

Gonzalez, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Grosfoguel, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

hooks, bell. **O feminismo é para todos**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Hortelã. Depoimento Entrevista [jul. 2022]. Entrevistadora: Fernanda Sardelich Nascimento. Recife, 2022. 1 arquivo.mp3 (63:26 min).

Jesus, A. S. de. **Notas sobre a atualidade da ferida colonial**. Recife: Titivillus, 2022.

Kilomba, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Maldonado-Torres, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Manjerição. Depoimento Entrevista [jul. 2022]. Entrevistadora: Tatiane Michele Melo de Lima. Recife, 2022. 1 arquivo.mp3 (41 min).

Minayo, M. C. S.; Deslandes, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Pacheco, T. Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour. **Development in Practice**, [s. l.], v. 18, n. 6, Aug. 2008.

Pernambuco (Estado). **Lei Ordinária Nº 18.202/2023**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Recife, 2023. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=73152&tipo=>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19**. [S.l.]: Rede PENSSAN, 2022.

Ramos, S. *et al.* **Pele-alvo: a cor da violência policial**. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

Saffioti, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Sálvea. Depoimento Entrevista [ago. 2022]. Entrevistadora: Flávia da Silva Clemente. Recife, 2022. 1 arquivo.m4a (34:57 min).

Flávia Clemente da SILVA Trabalhou na concepção e delineamento e também na análise e interpretação dos dados.

Professora adjunta do departamento de Serviço Social, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pós-Doutorado no CIES/ISCTE/Lisboa (2023). Doutorado em Serviço Social (2019). Mestrado em Serviço Social (2008) e Especialista em Saúde Pública pela FIOCRUZ (1999). Pesquisadora com as seguintes áreas de interesse: Relações Étnico-raciais, gênero e direitos humanos. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre poder, cultura e práticas coletivas (GEPOL) e dos Coletivos Filhas do Vento e Acadêmicas Negras.

Tatiane Michele Melo de LIMA Trabalhou na concepção e delineamento e na análise e interpretação dos dados.

Professora adjunta do curso de Serviço Social da UFPE. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE, Recife, Brasil). Mestre e doutora em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Atuou como Assistente Social na Defesa civil do Recife entre 2008 e 2017 e na Secretaria da Mulher do Recife de 2017 à 2019. Compõe os seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas - GEPOL e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Ciências e Culturas (HYPATIA), exercendo pesquisas sobre os direitos sexuais e reprodutivos, violência obstétrica, gênero e raça.

Renata Pereira da Silva UCHÔA Trabalhou na redação do artigo e na sua revisão crítica.

Assistente Social. Especialista em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal do Sul de Minas (IF Sul de Minas, Minas Gerais, Brasil). Pós-Graduada em Enfrentamento as Violências Contra Crianças e Adolescentes pela Universidade de Brasília (UNB, Brasília, Brasil). Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Inclusão Social e Direitos Humanos (GPEISDH). (UFPE/CNPq). Coordenadora de Projetos Sociais na OSC Giral. (OSC Giral, Glória do Goitá-PE, Brasil).

Luanna Cássia de MELO Trabalhou na redação do artigo e na sua revisão crítica.

Graduada em Serviço Social Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE, Recife, Brasil). Graduada em Letras Português Espanhol Universidade Federal Rural de Pernambuco. (UFRPE, Recife, Brasil).